



# FOLHA DO MOTORISTA

**JORNAL DO TAXISTA**

O Nosso Jornal

Fundador  
Salomão Pereira da Silva

Edição Rio  
Distribuição gratuita

Folha do Motorista-Rio - motoristaprofissional.com.br - (21) 98292-4216 folhadomotorista@gmail.com.br - 09/26 - Edição 916

## Isenção de ICMS e renovação da frota de táxi entram no debate em encontro com taxistas

A renovação dos veículos também entrou na pauta dos representantes políticos presentes no encontro. O deputado estadual Dionísio Lins destacou a manutenção da isenção de ICMS para a compra de automóveis destinados ao serviço de táxi no Estado do Rio de Janeiro e lembrou a articulação realizada para evitar que o benefício fosse interrompido em 2026.

**Nova lei prevê crédito para a compra de táxi**

(Pág. 3)

**Taxistas falam das leis de Dionísio Lins**

(Págs. 6 e 7)



**EM DEFESA DOS TAXISTAS**

11  
Progressistas  
Representando com estilo

DEPUTADO ESTADUAL  
**DIONÍSIO LINS**



**11111**

*Juntos Fazendo o Bem!*



# Corte de impostos pode reduzir custo da gasolina para taxistas

Medida vale até 5 de outubro, mas economia prevista é de R\$ 0,19 por litro — e não de R\$ 0,63, como pode parecer à primeira vista.

O governo federal reduziu os tributos cobrados sobre a gasolina para tentar conter a alta dos combustíveis. A medida entrou em vigor em 10 de setembro e deve permanecer válida até 5 de outubro. Para o taxista que trabalha com carro a gasolina, a expectativa é de uma redução de aproximadamente R\$ 0,19 por litro.

Embora o corte de PIS/Pasep e Cofins seja de R\$ 0,63 por litro, esse valor não representa, necessariamente, uma queda igual nas bombas. Isso ocorre porque terminou o subsídio anterior de R\$ 0,44 por litro concedido à gasolina. Assim, a diferença entre o antigo benefício e a nova desoneração resulta em uma redução líquida estimada em R\$ 0,19.

A Petrobras informou que o preço da gasolina vendida às distribuidoras permanecerá em R\$ 3,05 por litro. Com a redução dos impostos, a estatal calcula que o valor recebido pelas distribuidoras ficará R\$ 0,19 menor. O preço final, porém, também depende dos custos de distribuição, do frete, da mistura de etanol, do ICMS e da margem de cada posto. A Petrobras corrigiu a informação inicial sobre o reajuste em 10 de setembro.

## Quanto o taxista pode economizar

Caso os postos repassem integralmente a redução de R\$ 0,19, um abastecimento de 50 litros poderá ficar R\$ 9,50 mais barato. Já o taxista que consumir 400 litros por mês terá uma economia aproximada de R\$ 76.

Para quem roda muitas horas por dia, qualquer redução ajuda. No entanto, o benefício ainda é pequeno diante do peso do combustível nas despesas da operação. Na semana encerrada em 5 de setembro, a gasolina comum custava, em média, R\$ 6,52 por litro no município do Rio de Janeiro, segundo levantamento da ANP realizado em 82 postos. Veja os dados da pesquisa de preços.

Por isso, o motorista deve acompanhar os preços antes de abastecer. Aplicativos de comparação, programas de desconto e postos localizados fora das áreas mais caras podem aumentar a economia. Também é importante desconfiar de valores muito abaixo da média e sempre exigir a nota fiscal.

## Etanol também teve redução

O governo zerou temporariamente o PIS/Pasep e a Cofins cobrados sobre o etanol hidratado. Nesse caso, a redução tributária corresponde a R\$ 0,19 por litro. A decisão pode tornar o combustível mais competitivo para taxistas que utilizam veículos flex.

As duas desonerações vigoram entre 10 de setembro e 5 de outubro.

A comparação deve considerar não apenas o preço indicado na bomba, mas também o consumo real do veículo. Em geral, o etanol costuma ser vantajoso quando custa até 70% do preço da gasolina. Entretanto, esse percentual varia conforme o modelo, o trânsito, o uso do ar-condicionado e a maneira de dirigir. O ideal é calcular quantos quilômetros o carro percorre com cada litro.

## Alívio é temporário

O pacote foi anunciado após a valorização do petróleo no mercado internacional, provocada pelo agravamento dos conflitos no Oriente Médio. Portanto, a redução funciona como uma proteção temporária contra novos aumentos.

O governo também autorizou um subsídio adicional de até R\$ 1 por litro para o diesel rodoviário, somado ao benefício já existente. Embora a medida atenda principalmente ao transporte de cargas e de passageiros movido a diesel, ela pode ajudar a conter o aumento dos fretes e da inflação.

Para o taxista que usa gasolina, o ponto principal é acompanhar o preço praticado nos próximos dias. O corte de impostos cria espaço para uma queda de cerca de R\$ 0,19 por litro, mas o desconto somente chegará ao bolso do profissional se distribuidoras e postos repassarem a redução.

## E o GNV? Compare o custo por quilômetro

As informações divulgadas sobre o pacote federal de 9 de setembro não apontam benefício específico para o gás natural veicular (GNV). Portanto, o taxista não deve esperar uma redução no preço do gás como consequência dessas medidas.

Mesmo com a gasolina mais barata, o GNV pode continuar vantajoso. Para saber qual compensa, é preciso calcular quanto o carro gasta por quilômetro. A conta é simples: divida o preço do combustível pelo rendimento do veículo. Na gasolina, use quilômetros por litro; no GNV, quilômetros por metro cúbico.

No exemplo hipotético da tabela, a gasolina custa R\$ 6,50 por litro e o carro percorre 10 quilômetros com essa quantidade. O gasto fica em R\$ 0,65 por quilômetro. Já com GNV a R\$ 5 por metro cúbico e rendimento de 13 quilômetros, o

custo cai para aproximadamente R\$ 0,38 por quilômetro.

Nesse cenário, rodar 200 quilômetros custaria R\$ 130 com gasolina e R\$ 76,92 com GNV: uma diferença de R\$ 53,08 apenas em combustível. Esses valores são ilustrativos e não representam os preços atuais do Rio.

O motorista deve fazer a conta com os preços

## GNV OU GASOLINA: FAÇA A CONTA

Exemplo hipotético — não representa os preços atuais do Rio.

| COMPARAÇÃO               | GASOLINA       | GNV         |
|--------------------------|----------------|-------------|
| Preço no posto           | R\$ 6,50/litro | R\$ 5,00/m³ |
| Rendimento do veículo    | 10 km/litro    | 13 km/m³    |
| Custo por quilômetro*    | R\$ 0,65       | R\$ 0,38    |
| Gasto para rodar 200 km* | R\$ 130,00     | R\$ 76,92   |

## Economia em 200 km neste exemplo: R\$ 53,08 com GNV.

Como calcular: preço do combustível ÷ rendimento = custo por km.

\*Valores arredondados. O gasto em 200 km usa o cálculo sem arredondamento. Comparação apenas do combustível, sem instalação, manutenção, inspeções ou combustível líquido usado nas partidas. Meça o consumo do seu carro.

dos postos e o consumo do próprio carro. Quem pretende instalar o kit também precisa considerar instalação, manutenção, inspeções e combustível líquido utilizado nas partidas, conforme o sistema.

# Vitória certa! O fim das transferências e a ascensão da cessão de direitos

**C**om a decisão do STF que proibiu a transferência das outorgas, surgiu a necessidade de mudar a lei para que o profissional, que não quisesse mais ser taxista, pudesse ceder o direito de exploração da outorga a um terceiro.

Houve uma tentativa inicial, em que havia três erros crassos ao continuar com a terminologia "transferência", a qual posteriormente foi corrigida para CESSÃO DE DIREITOS em conversações com as técnicas das assessorias parlamentares dos

senadores.

Para piorar a situação, as viúvas e os órfãos não estavam contemplados no texto e queriam lançar as outorgas na seara do Direito Privado o que acarretaria em situações muito prejudiciais aos profissionais taxistas.

Mas, um milagre aconteceu. Você acredita em milagre?

Te conto. Na solenidade de apresentação da isenção da taxa do INMETRO que viria na Medida Provisória 1.305/25, a presidência da FETTERJ numa

conversa direta com o Presidente da República despachou o pedido da inclusão do texto aprovado no Senado à MP.

Esse ato encurtou todo o processo Legislativo que ocorreria até a sanção ou veto do texto da Lei, o que de fato ocorreu, e nasceu a Lei 15.271/25.

Gratidão ao Presidente da República por ter nos ouvido.

Grande foi a nossa vitória!!!!

Presidência FETTERJ

**SE DEUS É POR NÓS, QUEM SERÁ CONTRA NÓS!**

## *Taxistas comemoram na Ilha do Governador com música e churrasco e homenageiam Dionisio Lins*

Dezenas de taxistas participaram da Tardezinha promovida pela cooperativa Novo Rio Coop em no dia 25 de agosto no Sacana's Videokê Bar, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

A confraternização reuniu motoristas para uma tarde de almoço, churrasco, música ao vivo e dança. O encontro também prestou homenagem ao deputado estadual Dionisio Lins, que foi representado no evento por integrantes de sua equipe. Os presentes lembraram as recentes conquistas do parlamentar em favor da categoria.

Durante a tarde, os taxistas aproveitaram a programação musical e o espaço para conversar e confraternizar com colegas e familiares.

A iniciativa da Novo Rio Coop proporcionou um momento de integração e lazer entre os profissionais, fortalecendo o contato entre os taxistas fora da rotina diária de trabalho.



# Dionísio Lins: da infância no subúrbio à atuação no setor de transportes

Filho de taxista auxiliar, o deputado estadual relembra a sua origem familiar, a passagem pela administração pública e a vida política ligada aos taxistas



Dionísio Lins nasceu em 22 de março de 1952 em uma família chefiada por um taxista auxiliar. Cresceu em um subúrbio carioca e na vida adulta passou por diferentes órgãos administrativos ligados ao transporte. Hoje, o Deputado Dionísio Lins olha para a sua vida pública e relembra os fatos que o conduziram para a administração pública, desde a passagem pela Câmara Municipal do Rio até a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde está até hoje.

Atualmente em seu quinto mandato como deputado estadual, Lins preside a Comissão de Transportes da Alerj e acumula o cargo de vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, além

de participar de outros colegiados da Casa.

Nesta edição, o jornalista Claudio Rangel entrevista o deputado sobre a sua trajetória de vida.

**Claudio Rangel — Sua história começa com a chegada de seus pais ao Rio de Janeiro. Como foi essa trajetória familiar?**

Dionísio Lins — Meu pai era alagoano e minha mãe, capixaba. Os dois vieram para o Rio de Janeiro fugindo das dificuldades encontradas em suas regiões e atraídos pelas oportunidades que as grandes capitais naquela época ofereciam. Mas foi aqui no Rio que eles se conheceram e formaram uma família.

Então, minha mãe, Ryzete de Souza Lins, cuidava do lar. Já o meu pai, Agenor de Souza Lins, trabalhava como taxista auxiliar. Nasci e cresci com eles na região da Avenida Meriti, no subúrbio do Rio.

**Claudio Rangel — O fato de seu pai ter sido taxista auxiliar motivou a sua relação com a categoria?**

Dionísio Lins — Sim. Essa realidade fazia parte da minha vida dentro de casa. Desde cedo conheci o trabalho de um taxista auxiliar, as suas dificuldades e a responsabilidade de obter o sustento da família. Mais tarde, quando passei a trabalhar com transporte e entrei na vida pública, essa origem continuou presente.

**Claudio Rangel — Como foi sua formação escolar e profissional?**

Dionísio Lins — Sempre estudei em escola pública. Fiz o segundo grau no Colégio Estadual Embaixador Barros Hurtado, em Cordovil. Em 1981, concluí minha formação na Faculdade Livre da Comunicação da União de Profissionais de Imprensa, com formação ligada ao jornalismo e às relações públicas.

**Claudio Rangel — Antes de ocupar cargos públicos, o senhor também teve uma passagem pela imprensa. Como foi essa experiência?**

Dionísio Lins — Trabalhei como colunista do jornal Luta Democrática, na

coluna Ponto de Encontro, e também no Tribuna Carioca. Foi uma etapa da minha vida profissional anterior à trajetória que desenvolvi posteriormente na administração pública.

**Claudio Rangel — E como o senhor ingressou na administração pública?**

Dionísio Lins — Comecei como despachante da Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro, a CTC. Com o tempo, fui assumindo outras funções e responsabilidades ligadas principalmente ao setor de transportes.

**Claudio Rangel — Quais foram os principais cargos que o senhor ocupou nesse período?**

Dionísio Lins — Fui diretor técnico e presidente da CTC, diretor de Operações da Coderte, diretor técnico do Detro, diretor de Qualidade e presidente do Ipem-RJ e diretor técnico da Serve-RJ. Também trabalhei como assessor especial no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e no Ministério do Trabalho e Emprego durante a gestão de Francisco Dornelles.

**Claudio Rangel — O senhor lembra constantemente do ex-parlamentar Francisco Dornelles. Qual foi a importância dele na sua trajetória política?**

Dionísio Lins — Francisco Dornelles foi uma pessoa importante na minha entrada na vida política. Trabalhei com ele e tive a oportunidade de acompanhar sua atuação. Essa convivência também contribuiu para minha experiência na administração pública e para o caminho que posteriormente segui na política.

**Claudio Rangel — Durante sua passagem pelo Ipem-RJ, o serviço de táxi**

**esteve entre as suas áreas de atuação?**

Dionísio Lins — Sim. O serviço de táxi esteve presente durante minha atuação no Ipem. Uma das questões tratadas naquele período foi o combate aos veículos que trabalhavam irregularmente como táxis e a fiscalização do setor.

**Claudio Rangel — E como foi a sua trajetória na política do Rio de Janeiro?**

Dionísio Lins — Fui eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro em 2004 e tomei posse em 2005. Depois, deixei a Câmara Municipal para assumir uma cadeira de deputado estadual. Com isso, passei a atuar também sobre questões que envolvem diferentes municípios do Estado do Rio.

**Claudio Rangel — A ligação do seu pai com o táxi permaneceu presente durante sua atividade parlamentar?**

Dionísio Lins — Sim. É uma origem que sempre fez parte da minha história. Foi através de meu pai que então conheci essa profissão. E isso muito antes de eu entrar para a política. Ao longo da minha atividade parlamentar, passei a acompanhar questões relacionadas aos taxistas e ao setor de transportes de modo geral.

**Claudio Rangel — Hoje o senhor preside a Comissão de Transportes da Alerj. Qual é o papel desse trabalho?**

Dionísio Lins — A Comissão de Transportes acompanha temas que envolvem diferentes modalidades de transporte no Estado. É um espaço para discutir propostas, analisar projetos e tratar de questões relacionadas aos serviços prestados à população.

**Claudio Rangel — Além da Comissão de Transportes, quais outras áreas fazem parte de sua atuação na Assembleia?**

Dionísio Lins — Também sou vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e participo das comissões de Trabalho, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Economia, Indústria e Comércio e Pessoa com Deficiência.

**Claudio Rangel — Sua trajetória também possui ligação com o samba e com duas tradicionais escolas do Rio de Janeiro. Como surgiu a sua relação?**

Dionísio Lins — O samba faz parte da minha história e da região onde cresci. Tenho uma ligação com a Portela e com o Império Serrano e mantenho essa proximidade também como uma forma de participação na cultura do subúrbio carioca.

**Claudio Rangel — Quando olha para as diferentes etapas de sua vida, que ligação existe entre elas?**

Dionísio Lins — Minha história passou pela família, pela comunicação, pela administração pública e pela política. A área de transportes aparece em diferentes momentos dessa trajetória. Começou dentro de casa, com o trabalho do meu pai como taxista auxiliar, passou pelas funções que exerci em órgãos públicos e continuou na atuação parlamentar.

**Claudio Rangel — E qual é hoje sua relação com os temas ligados ao táxi e ao transporte?**

Dionísio Lins — Continuo acompanhando essas questões na Assembleia e na Comissão de Transportes. São assuntos que fazem parte da minha trajetória profissional e pessoal e que envolvem diretamente trabalhadores e usuários dos serviços de transporte no Estado do Rio de Janeiro.

# Taxistas relatam impactos de medidas públicas no dia a dia da categoria

Profissionais do Rio e de municípios da Baixada Fluminense destacam mudanças no táxi intermunicipal, segurança, fiscalização e circulação em corredores BRS; depoimentos também mencionam atuação do deputado Dionísio Lins e da FETTERJ

Taxistas de diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro encaminharam à Folha do Motorista depoimentos sobre leis, serviços públicos e mudanças que, segundo eles, tiveram impacto na rotina da profissão. Entre os assuntos aparecem a regulamentação do táxi intermunicipal, o atendimento do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (Ipem-RJ), a segurança em áreas de risco e a possibilidade de utilização dos corredores BRS por táxis com passageiros.

## Táxi intermunicipal mudou rotina de profissionais da Baixada

Alfredo Carvalho da Silva, de 58 anos, trabalha há 25 anos como taxista em Nova Iguaçu. Entre as mudanças que considera importantes para a categoria, ele cita a regulamentação do serviço de táxi intermunicipal no Estado do Rio de Janeiro.

A Lei Estadual nº 8.867/2020 regulamentou esse tipo de operação. Dionísio Lins participou como um dos autores da proposta, juntamente com outros parlamentares. Posteriormente, a Lei nº 9.130/2020, de sua autoria, passou a permitir expressamente que taxistas autônomos realizassem o transporte intermunicipal independentemente de participação em cooperativas ou associações.

Pelas regras, a corrida deve começar no município onde o táxi está licenciado e emplacado. Assim, um profissional de Nova Iguaçu pode, por exemplo, levar um passageiro para outra cidade, desde que a viagem tenha origem no município de sua autorização.

Para Alfredo, essa possibilidade facilitou a atividade dos profissionais que trabalham em municípios da Região Metropolitana e frequentemente recebem passageiros com destino a outras cidades.

O taxista também mencionou a atuação da Federação dos Taxistas do Estado do Rio de Janeiro (FETTERJ) nas discussões envolvendo a categoria. Essa referência representa sua avaliação sobre a participação da entidade.



## Segurança em áreas de risco é lembrada por motorista

Eduardo Barbosa Lima, taxista há 15 anos em Nova Iguaçu e também integrante do PA 03, chamou atenção para a segurança dos profissionais que passam diariamente por vias localizadas próximas a regiões com elevados índices de violência.

Ele citou a Lei Estadual nº 7.580/2017, de autoria de Dionísio Lins. A norma proibiu a instalação de novos radares de velocidade em áreas consideradas de risco, definidas como locais mapeados e conhecidos pela ocorrência de assaltos ou confrontos armados. A legislação também determinou estudos para a retirada gradual dos equipamentos já instalados nessas áreas.



A aplicação da lei chegou a resultar no desligamento de radares em trechos das rodovias RJ-104 e RJ-106. Em 2019, o Departamento de Estradas de Rodagem anunciou a retirada de 16 equipamentos depois de informações fornecidas pelo

Batalhão de Polícia Rodoviária sobre áreas consideradas de risco.

A discussão, entretanto, envolve dois aspectos da segurança. Durante debates realizados na própria Alerj, técnicos também defenderam a importância dos radares para a redução de acidentes. Por isso, a identificação das áreas abrangidas pela lei depende de avaliação dos órgãos responsáveis pela segurança e pelo trânsito.

Para Eduardo, o tema é especialmente sensível para quem trabalha à noite ou circula por diferentes municípios.

## Rio's Taxi cita documentação e fiscalização



A diretoria da associação Rio's Taxi, que atua com profissionais na região do Cais do Porto do Rio de Janeiro, também encaminhou manifestação à Folha do Motorista.

A entidade destacou as melhorias relacionadas à documentação dos taxistas cariocas, à fiscalização e ao atendimento nos órgãos públicos do Rio de Janeiro. Também mencionou a interlocução com a FETTERJ e com representantes

políticos.

A associação manifestou posicionamento próprio no processo eleitoral. Como ocorre com as demais declarações publicadas nesta reportagem, trata-se de uma posição da entidade e não de orientação de voto da Folha do Motorista. A decisão eleitoral pertence individualmente a cada eleitor.

## BRS reduz tempo de algumas corridas

Diego Dias Fernandes, taxista há 11 anos e integrante da Botânico Táxi, chamou atenção para uma medida bastante presente na rotina dos profissionais do município do Rio: a possibilidade de utilizar os corredores BRS quando o veículo está transportando passageiros.

A regra está prevista nas normas municipais. Atualmente, os corredores BRS são destinados principalmente ao transporte coletivo, mas táxis com passageiros também estão autorizados a circular pelas faixas exclusivas, dentro das condições estabelecidas pela Prefeitura.

Documentos recentes da Secretaria Municipal de Transportes informam que o Rio possui 25 corredores BRS, totalizando mais de 60 quilômetros de faixas exclusivas.

Para Diego, a utilização desses corredores pode diminuir o tempo gasto em congestionamentos e agilizar o atendimento ao passageiro.

Em seu depoimento, ele atribuiu importância à participação da FETTERJ e à interlocução política de Dionísio Lins na defesa das demandas dos taxistas. A autorização para circulação é estabelecida por regulamentação da Prefeitura do Rio e vale para os táxis que atendem às condições determinadas pela administração municipal.



## Taxista destaca atendimento no IPEM-RJ



José Ferreira da Silva, taxista há dez anos e integrante da Universal Rolécoop, declara apoio ao candidatura do deputado estadual Dionísio Lins nas eleições de 2026.

Em manifestação encaminhada à Folha do Motorista, José destacou, entre as ações relacionadas à categoria, as mudanças no atendimento aos taxistas no Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM-RJ).

Segundo o profissional, a criação de canais específicos de atendimento e agendamento contribuiu para reduzir o tempo gasto pelos taxistas

na realização de serviços junto ao órgão. Atualmente, o IPEM-RJ mantém atendimento direcionado à categoria, inclusive para agendamento e aferição de taxímetros.

Para José Ferreira, iniciativas destinadas a facilitar o atendimento dos profissionais representam avanços importantes para quem depende do táxi como atividade diária. Ao manifestar apoio José Ferreira afirmou que considera importante a continuidade da representação das demandas da categoria na Alerj.

# Nova lei prevê crédito para taxistas renovarem o carro

Cooperativas de táxi também poderão participar; financiamento fica limitado a um veículo por profissional ou cooperado



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou sem vetos a Lei nº 15.503/2026, que prevê financiamento para taxistas e cooperativas comprarem veículos novos. Publicada em 14 de setembro, a norma permite incluir seguros e determinadas despesas da compra no crédito, além de autorizar parcelas com valores diferentes ao longo do contrato.

A lei autoriza a União a destinar até R\$ 30 bilhões às linhas de financiamento, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira. Esse montante atende ao conjunto dos beneficiários previstos na legislação: não é uma verba exclusiva para o táxi.

Para participar, o taxista deverá comprovar que exerce a atividade como condutor autônomo e possui autorização, permissão ou concessão do poder público. A aprovação do financiamento dependerá dos critérios do programa e da análise de crédito.

## Um carro por cooperado

As cooperativas de trabalho permissionárias ou concessionárias do serviço de táxi estão expressamente incluídas na lei. Nesse caso, o limite

será de um veículo por cooperado. Para o taxista que contratar individualmente, a regra também permite apenas um automóvel.

A inclusão não significa aprovação automática. Tanto o profissional quanto a cooperativa precisarão atender às exigências da linha contratada.

O BNDES ou as instituições financeiras habilitadas pelo banco poderão oferecer as operações. Nas linhas com recursos do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal também poderão atuar.

## Seguro e acessibilidade

O financiamento poderá abranger o seguro do carro, o seguro prestamista — destinado a cobrir a dívida nas situações previstas na apólice — e despesas de registro da garantia do veículo.

Nas linhas vinculadas ao fundo de infraestrutura social, a legislação também permite financiar adaptações para taxistas com deficiência e para o transporte de passageiros em cadeiras de rodas.

Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer juros, prazos e carência diferenciados para mulheres taxistas. A norma ainda contempla o financiamento de determinados itens de segurança para essas profissionais.

## Atenção ao valor das parcelas

Os bancos poderão oferecer prestações diferentes no início e no fim do contrato. Por isso, o taxista deve conferir toda a sequência de pagamentos antes de assinar: uma parcela inicial menor não significa que o financiamento será mais barato.

A lei também prevê o uso de fundos garantidores, conforme as regras de cada operação. Essas garantias podem facilitar o acesso ao crédito, mas não dispensam a análise do banco nem retiram do taxista a responsabilidade pelo pagamento.

## O que conferir antes de contratar

A lei não fixa uma taxa única de juros nem um prazo de pagamento para todos. As condições cabem ao Conselho Monetário Nacional e às regras aplicáveis a cada linha.

Antes de assumir a dívida, o taxista deve confirmar com a instituição financeira a disponibilidade do crédito, os veículos aceitos e o Custo Efetivo Total, que reúne juros e demais despesas da operação.

Também é importante verificar se o modelo escolhido atende às exigências do município para o serviço de táxi. Na conta mensal, além da prestação, devem entrar combustível, manutenção, seguro e os demais custos de trabalho.

Fonte: Lei nº 15.503/2026 — Câmara dos Deputados.